



# PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NAS PROPOSTAS CURRICULARES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: RELAÇÕES COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

## ADVENTURE BODY PRACTICES IN PROPOSED CURRICULUM STATE OF PHYSICAL EDUCATION: RELATIONS WITH NATIONAL BASE COMMON CURRICULUM

## PRÁCTICAS CORPORALES DE AVENTURA EN LAS PROPUESTAS CURRICULARES ESTADUALES DE EDUCACIÓN FÍSICA: RELACIONES CON LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR

Laercio Claro Pereira Franco

Centro Universitário DeVry Metrocamp, Campinas, São Paulo, Brasil

Email: lalaplum@uol.com.br

Alexander Klein Tahara

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil

Email: alexipatinga@yahoo.com

Suraya Cristina Darido

Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, Brasil

Email: surayacd@rc.unesp.br

### RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a presença das práticas corporais de aventura (PCA), dentro das Propostas Curriculares Estaduais de Educação Física do Brasil no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Foi realizada uma análise documental e constatou-se que apenas 6 Estados federativos apresentam em suas propostas o conteúdo relacionado às PCA, e em apenas 2 destes Estados há propostas mais bem sistematizadas e organizadas. Torna-se necessário traçar relações e refletir acerca das diretrizes e proposições da Base Nacional Comum Curricular, uma vez que este documento enfatiza o ensino das PCA como um conteúdo da Educação Física, que deve ser tratado e discutido em aulas na escola.

**Palavras-chave:** Propostas Curriculares Estaduais; Educação Física; Práticas Corporais de Aventura; Base Nacional Comum Curricular.

### ABSTRACT

This study aimed to analyze the presence of adventure body practices within the State Curriculum Proposals Brazil Physical Education in Secondary School (grades 6 to 9). Documentary analysis was performed and it was found that only six federal states have in their proposals the content related to adventure body practices, and in only two of these states there are proposals better systematized and organized. It is necessary to trace relationships and reflect on the guidelines and proposals of the National Base Common Curriculum, since this document emphasizes the teaching of adventure body practices as a content of Physical Education, which must be dealt with and discussed in classes at school.

**Keywords:** State Curriculum Proposals; Physical Education; Adventure Body Practices; National Base Curriculum.



## RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la presencia de las prácticas corporales de aventura (PCA), dentro de las Propuestas Curriculares Estaduales de Educación Física de Brasil en la Enseñanza Fundamental II (6º al 9º año). Se realizó un análisis documental y se constató que sólo 6 Estados federativos presentan en sus propuestas el contenido relacionado a las PCA, y en apenas dos de estos estados hay propuestas más bien sistematizadas y organizadas. Se hace necesario trazar relaciones y reflexionar acerca de las directrices y proposiciones de la Base Nacional Común Curricular, ya que este documento enfatiza la enseñanza de las PCA como un contenido de la Educación Física, que debe ser tratado y discutido en clases en la escuela.

**Palabras clave:** Propuestas Curriculares Estaduales; Educación Física; Prácticas Corporales de Aventura; Base Nacional Común Curricular.

## INTRODUÇÃO

As práticas corporais de aventura (PCA) são muito exploradas tanto pelo turismo como pela mídia em geral, sendo possível perceber os pacotes turísticos para diferentes locais do Brasil e do mundo que permitem o consumo da natureza, por meio da vivência de várias modalidades de aventura. Ademais, campeonatos que envolvem as PCA, tanto as efetuadas na natureza, como as urbanas (*skate, parkour, BMX, etc*), são transmitidos em TV aberta e em canais fechados, como o *Off, Wohoo, Sportv*, além de modalidades figurarem constantemente em propagandas comerciais e em revistas especializadas, como *Fluir, Aventura e Ação, O2*, entre outras. Especialmente após os Jogos do Rio em 2016, com a inclusão pelo Comitê Olímpico Internacional das modalidades de Surfe, Escalada e *Skate* na edição dos próximos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020.

Refletindo sobre essa representatividade das PCA nos dias atuais e em uma inserção em âmbito educacional, alguns autores como Pereira e Armbrust (2010), Franco (2011), Alves e Corsino (2013), Tahara e Carnicelli Filho (2013), Franco, Cavasini e Darido (2014), Maldonado e Silva (2015), Inácio e colaboradores (2016), Tahara e Darido (2016), entre outros, entendem que esse conjunto de práticas relacionadas à aventura podem (e devem) ter um importante papel nas aulas de Educação Física escolar. Assim como qualquer outro conteúdo tradicional, como o esporte, jogos, ginástica, dança e/ou lutas, as PCA podem ser tratadas dentro do

contexto das práticas corporais, oportunizando novas situações de aprendizagens aos alunos.

Justifica-se a inserção de PCA na escola, pelo fato delas poderem estimular emoções e experiências únicas aos alunos, ao depararem com vivências não tão habituais no desenvolvimento das aulas, além de chance em proporcionar aos educandos a superação de limites pessoais em situações de risco controlado. Sabe-se que as PCA, mesmo possuindo um elevado custo nos equipamentos específicos para os diferentes tipos de práticas, além da questão que envolve a forte relação com o perigo e o risco nas práticas, acredita-se que elas possam ser adaptadas às características, estruturas e possibilidades de cada escola. Enfatiza-se a relevância do gerenciamento pelos professores acerca dos riscos existentes para a realização das atividades, além da necessidade de discussões que permeiam a temática do meio ambiente e adoção/reflexão em torno de ações de mínimo impacto ambiental.

Cabe aqui uma questão indagadora central desta investigação: sabendo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/BRASIL, 2017) define que o conteúdo das PCA deve ser abordado na Educação Básica, como estas práticas têm sido tratadas nas Propostas Curriculares Estaduais de Educação Física no Brasil, uma vez que tais Propostas Estaduais precedem no tempo a Base Nacional?

Ressalta-se levar em consideração o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/BRASIL, 2017), pelo fato de haver a abordagem e ênfase em habilidades e objetivos de aprendizagem acerca das PCA como um



conteúdo que deve ser tratado e discutido pela Educação Física escolar no Ensino Fundamental.

Tomando como referência as diretrizes propostas pela BNCC, as séries do Ensino Fundamental que apresentam as PCA como um conteúdo a ser desenvolvido são, respectivamente, os 6º e 7º anos com as práticas de aventura urbanas, e os 8º e 9º anos com as práticas de aventura na natureza.

Assim sendo, o propósito principal deste estudo foi analisar a presença do conteúdo referente às Práticas Corporais de Aventura (PCA) dentro das Propostas Curriculares Estaduais de Educação Física do Brasil no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), traçando relações e refletindo acerca das diretrizes e proposições da Base Nacional (BNCC/BRASIL, 2017).

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracterizou-se pelo método da análise documental, sendo que foram analisadas 23 Propostas Curriculares Estaduais de Educação Física (22 Estados mais o Distrito Federal), com o respectivo ano de sua última atualização encontrada online, procurando delinear um panorama do conteúdo das PCA no Ensino Fundamental II em uma perspectiva nacional: Acre (2010), Alagoas (2010), Amapá (2009), Amazonas (2009), Bahia (2009), Ceará (2008), Distrito Federal (2010), Espírito Santo (2009), Goiás (2011), Maranhão (2014), Mato Grosso (2010), Mato Grosso do Sul (2012), Minas Gerais (2011), Paraíba (2010), Paraná (2008), Pernambuco (2013), Rio de Janeiro (2010), Rio Grande do Sul (2009), Rondônia (2013), Santa Catarina (2014), São Paulo (2012), Sergipe (2011) e Tocantins (2009). Não foram encontradas as Propostas Curriculares de Educação Física dos estados do Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima.

Para acesso aos respectivos documentos, os mesmos foram procurados nos *sites* das Secretarias Estaduais de Educação de cada Estado federativo, assim como na Base de Dados do Google Acadêmico, com utilização das seguintes palavras-chave: “Proposta Curricular

Estadual”, “Orientações Curriculares Estaduais”, “Referenciais Curriculares”, sempre acrescentando ao final os nomes dos diferentes Estados nacionais para melhor direcionamento da busca.

Entretanto, neste trabalho, para fins de padronização e maior identificação com o termo, foi utilizada a nomenclatura “Propostas Curriculares Estaduais” para designar os 23 documentos investigados, haja visto ser possível visualizar esta divergência quanto ao uso de uma nomenclatura única em todos os documentos analisados. Ao longo do processo de elaboração dessa pesquisa, algumas propostas são designadas de outras formas pelos Estados de origem (Orientações Curriculares, Referenciais Curriculares, Propostas Curriculares, entre outros).

Ao se fazer uma análise documental em uma pesquisa científica, Gil (2008) preconiza a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. No caso deste estudo, tal fonte será a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/BRASIL, 2017), a qual incentiva e orienta para a inserção das PCA em âmbito escolar.

## **CONTEÚDO DAS PCA NAS PROPOSTAS CURRICULARES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Em uma primeira análise, tornou-se possível identificar nesta investigação que as (poucas) propostas curriculares que abordam de alguma forma o conteúdo das PCA, apresentaram diferenças quanto aos termos utilizados para representar e designar tais práticas.

Dias e Alves Júnior (2006) e Franco, Cavasini e Darido (2014) comentam sobre esta problemática conceitual acerca das PCA, salientando que ao se fazer menção a tais práticas, existem denominações diversas na literatura, tais como esportes californianos, esportes radicais, esportes de ação, esportes extremos, entre outros, os quais frequentemente



aparecem citados em artigos e produções da área, havendo ainda pouco consenso na academia.

As terminologias utilizadas nas propostas curriculares analisadas foram as seguintes: “Práticas corporais ao ar livre e junto à natureza” (Goiás), “Esportes radicais” e “Esportes da natureza” (Minas Gerais), “Esportes radicais” (Paraná), “Esportes na natureza” e “Esportes de aventura” (Rondônia), “Práticas corporais junto à natureza” e “Atividades de aventura” (Rio Grande do Sul) e “Esportes de aventura/radicais” (Sergipe).

Neste estudo optou-se pelo termo “Práticas corporais de aventura”, assim como inicialmente denominou Inácio (2005) e, de forma mais recente Franco, Cavasini e Darido (2014), além da própria Base Nacional (BNCC/BRASIL, 2017). Justifica-se tal opção, no sentido que de este termo proporciona um sentido/significado mais sistematizado a este conjunto de práticas, as quais devem se fazer presentes como um dos conteúdos das aulas de Educação Física na escola, sejam elas realizadas em contexto urbano ou na natureza.

Será que os alunos estão tendo o direito em receber o ensino destas práticas? Mesmo que idealizadas e inseridas de maneira adaptada e com materiais alternativos, estas práticas estão sendo tratadas nas propostas curriculares estaduais?

Pensando-se nesta possível adaptação que se faz necessário, tendo em vista as condições físicas e materiais das escolas brasileiras, remete-se novamente à BNCC, quando é colocado que “[...] práticas como corrida de orientação ou skate, entre tantas outras, não só podem como devem ser transformadas, didática e pedagogicamente, para que sejam tematizadas nas aulas de Educação Física” (BNCC/BRASIL, 2017).

Ao visualizar e refletir sobre o exposto no quadro 1, em um panorama geral dos Estados federativos nacionais, torna-se muito fácil perceber o pouco que reflete a abordagem do conteúdo referente às PCA no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) em propostas estaduais de Educação Física.

**Quadro 1 – PCA nas Propostas Curriculares Estaduais – Ensino Fundamental II**

Estados	Existência do conteúdo das PCA	Categoria de Conteúdos de PCA (eixos temáticos)	Anos – Ensino Fundamental
Goiás	Sim	“Corpo, Movimento e Saúde” – práticas corporais ao ar livre e junto à natureza (sem especificar nenhuma PCA em si)	6º, 7º, 8º e 9º
Minas Gerais	Sim	“Interesses culturais do Lazer” - Esportes radicais e Esportes da natureza	Não especificado
Paraná	Sim	Conteúdo Estruturante “Esporte” – Esportes coletivos e Esportes radicais	Somente 8º e 9º
Rondônia	Sim	“Meio Ambiente e Diversidade Cultural” - o meio ambiente e vivências em esportes de aventura (tiroleza, rapel, escalada, canoagem, e outros).	6º, 7º, 8º e 9º
Rio Grande do Sul	Sim	“Práticas Corporais Sistematizadas” – um dos sub eixos: “Práticas corporais junto à natureza”, subdividido em: Atividades de aventura e Atividades de contemplação	8º e 9º
Sergipe	Sim	“Atividade Física e Meio Ambiente” - cita os esportes de aventura/radicais	Somente o 7º

**Nota:** construção dos autores

Convém ressaltar que nada foi encontrado sobre o conteúdo das PCA nas Propostas Estaduais do Acre (2010), Alagoas (2010),

Amapá (2009), Amazonas (2009), Bahia (2009), Ceará (2008), Distrito Federal (2010), Espírito Santo (2009), Maranhão (2014), Mato Grosso



(2010), Mato Grosso do Sul (2012), Paraíba (2010), Pernambuco (2013), Rio de Janeiro (2010), Santa Catarina (2014), São Paulo (2012), e Tocantins (2009). Reitero novamente que não foram encontradas as Propostas Curriculares de Educação Física dos estados do Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima.

Percebe-se mediante o quadro exposto que o conteúdo relacionado às PCA aparece apenas em 6 (seis) Propostas Curriculares Estaduais, número este bem pequeno quando comparado ao potencial que estas práticas poderiam acarretar em âmbito escolar, assim como salientam, por exemplo, Pereira e Armbrust (2010), Franco (2011), Alves e Corsino (2013) e Tahara e Darido (2016). Entendem que as transformações da sociedade atual fazem com que os professores de Educação Física repensem formas de contextualizar os conteúdos da referida área entre os alunos, tentando oportunizar aulas prazerosas e diversificadas em relação às vivências. E as PCA são uma realidade nos dias atuais, devendo ser inseridas e tratadas nas aulas em ambiente escolar.

Na escola, deve haver espaço para o trabalho junto aos alunos com todos os conteúdos pertencentes à Cultura Corporal de Movimento, quer sejam, os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas, os jogos e brincadeiras, haja vista que são manifestações corporais atreladas à cultura. Além, é claro, das PCA, como é preconizado pela Base Nacional (BNCC/BRASIL, 2017), realçando a importância de se tratar este conteúdo nas aulas de Educação Física, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

Inácio e colaboradores (2016) realizaram uma análise documental sobre o conteúdo 'Práticas Corporais de Aventura', indicado nas diretrizes da BNCC, como uma novidade se comparado aos conteúdos tradicionais da Educação Física brasileira. Embora haja muitos limites e entraves, as possibilidades existem para que ocorra a (tentativa de) inserção deste conteúdo na Educação Física Escolar.

No caso dos seis Estados federativos que apresentam em sua proposta curricular algo relacionado às PCA para o Ensino Fundamental II, torna-se relevante compreender como os conteúdos e a maneira como esses temas estão

incluídos dentro dessas propostas para a orientação do trabalho docente da Educação Física.

Em Goiás, dentro do eixo temático "Corpo, Movimento e Saúde", uma das expectativas de aprendizagem descritas do 6º ao 9º ano são as práticas corporais ao ar livre e junto à natureza por meio de jogos e brincadeiras, aproveitando e valorizando os espaços públicos como praças e parques. Porém, nada é mencionado a respeito das PCA em si, nem mesmo citando qualquer exemplo entre as variadas possibilidades de prática.

Em Minas Gerais, as PCA são citadas dentro do contexto "Interesses culturais físico-esportistas e turísticos", ao tecer comentários no documento sobre o Lazer. Ressalta-se que, segundo as diretrizes, Corpo e Lazer são conhecimentos estruturadores da área e, por isso, devem ser contemplados em todos os eixos temáticos (Esporte, Jogos e Brincadeiras, Dança e Ginástica). Nota-se a ausência do conteúdo de Lutas como um destes eixos. E sobre as PCA, nada mais é comentado nesta proposta, apenas aquela rápida menção quando comenta-se sobre o Lazer.

No Sergipe, para o 7º ano, as PCA como trilhas, montanhismo, arvorismo, canoagem, etc., são citadas como "conceitos básicos" dentro do conteúdo "atividade física e meio ambiente", tendo como única habilidade descrita "Praticar atividades ao ar livre respeitando o meio ambiente, preservando-o nos momentos de lazer". Nada mais é comentado sobre as PCA neste documento e não entende-se os motivos deste conteúdo não estar presente para outros anos do Ensino Fundamental II.

No Paraná, para os 8º e 9º anos, as PCA constituem-se como "conteúdos básicos", dentro do conteúdo estruturante "esporte". São citadas apenas as modalidades *skate*, *rapel*, *rafting*, *trekking*, *bungee jump* e surfe, como "conteúdos específicos", porém não foi especificado o modo de se trabalhar tal conteúdo.

Somente nos Estados de Rondônia e Rio Grande do Sul, o tema referente às PCA aparece como um conteúdo mais bem sistematizado e organizado dentro das Propostas Curriculares.





Em Rondônia, o tema já aparece nos 4º e 5º anos, dentro do eixo Meio Ambiente e Diversidade Cultural, sendo sugerido como vivências (caminhada ecológica, trilhas para entendimento da consciência ecológica e corridas de orientação).

A partir do 6º ano, o tema aparece como Esportes na natureza e Esportes de aventura, também dentro do eixo Meio Ambiente e Diversidade Cultural, em Linguagem da Cultura Esportiva: 6º ano – visão geral sobre as diversas atividades físicas e práticas de esportes em contato com a natureza; 7º ano – conhecimento, vivência e montagem de percursos de corrida de orientação (enduro a pé) e participação em trilhas ecológicas. 8º ano – realça a importância da prática esportiva na natureza; 9º ano – retrata o meio ambiente e as possibilidades de vivências em esportes de aventura (tiroleza, *rapel*, escalada, canoagem, dentre outros), com possibilidade de turismo ecológico da região Amazônica.

No Rio Grande do Sul, o tema aparece no 8º e 9º ano, assim como em todo o Ensino Médio, dentro do eixo Práticas Corporais Junto à Natureza, sendo subdividido em Atividades de Aventura e Atividades de Contemplação: - no 8º e 9º ano aparece como 10% dos conteúdos deste ciclo, com a seguinte organização: Atividades de Aventura Esportivas (*trekking* ou enduro a pé de regularidade e/ou orientação e *mountain bike*); Atividades de Aventura Não Esportivas (*rapel*, tiroleza, arvorismo); Atividades de Contemplação (excursionismo, acantonamentos, acampamentos).

A maioria das propostas estaduais, mesmo aquelas que não enfatizam o conteúdo das PCA,

faz alusão aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/BRASIL, 1997), porém, poucas mostram efetivamente sua utilização de acordo com os preceitos e orientações dos Parâmetros. Um indicativo disso foi verificar quais das propostas que continham as PCA, utilizavam-se das três dimensões do conteúdo (atitudinal, procedimental e conceitual) propostas por Coll e colaboradores (2000), mesmo que nas propostas curriculares não houvesse menção explícita à terminologia “dimensões do conteúdo”. Ressalta-se que tais dimensões são sugeridas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/BRASIL, 1997) de Educação Física, como uma possibilidade viável para se ensinar os conteúdos da Cultura Corporal.

No caso das dimensões do conteúdo, Barroso e Darido (2009) enfatizam a necessidade de incorporação de novos aspectos atrelados ao ensino, com o propósito em favorecer um melhor entendimento do porquê de estar realizando determinado movimento ou técnica, mas também promover uma maior reflexão sobre as diferentes manifestações da cultura corporal e incentivar discussões sobre as atitudes e condutas de comportamentos envolvidas no decorrer de determinada prática. Almeja-se transpor a barreira de ensinar apenas a realização de gestos motores e, assim, dar um cunho mais qualitativo à Educação Física nas escolas brasileiras, atentando-se para as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais.

Remete-se novamente aos estados de Rondônia e Rio Grande do Sul, sendo possível perceber no quadro 2 como estas três dimensões do conteúdo são enfatizadas nestes documentos, ao mencionar o ensino do tema referente às PCA.

**Quadro 2** – PCA e as Dimensões do Conteúdo nas Propostas Curriculares Estaduais

<b>Estado</b>	<b>Dimensão Conceitual</b>	<b>Dimensão Procedimental</b>	<b>Dimensão Atitudinal</b>
Rondônia	Ex.: Conhecimento e a importância da prática esportiva na natureza.	Ex.: O meio ambiente e as possibilidades de vivências em esportes de aventura (tiroleza, <i>rapel</i> , escalada, canoagem, dentre outros).	Ex.: Os esportes na natureza e o reconhecimento das possibilidades de utilização de espaços sociais e da flora para a prática da atividade física e lazer [...]



Rio Grande do Sul	Ex.: As práticas corporais junto à natureza como manifestação cultural. Contextualização das práticas corporais junto à natureza: surgimento e transformação.	Ex.: Realizar percursos de nível elementar, utilizando técnica de orientação, respeitando as regras de organização, participação e de preservação do meio ambiente.	Ex.: Reconhecer e analisar o impacto no meio ambiente dos diferentes tipos de práticas corporais realizadas junto à natureza.
-------------------	---	---	---

**Nota:** construção dos autores

Do mesmo modo, no caso das PCA, Pereira e Armbrust (2010) propõem que devem se levar em conta as três dimensões de conteúdo - conceitual, procedimental e atitudinal - quando houver a abordagem pelo professor, com o propósito de permitir uma prática pedagógica coerente e que acarrete um efetivo aprendizado destas vivências pelos alunos.

Dentro da dimensão conceitual pode-se abordar os aspectos históricos das modalidades, os equipamentos e demais apetrechos, os atletas famosos, os principais locais de prática e seu contexto geográfico e histórico, além de discussões inerentes às questões ambientais, entre outros. Na dimensão procedimental, pode-se dar ênfase nas técnicas de movimentos e de segurança, adaptações necessárias das modalidades para cada faixa etária, condições da escola para possíveis improvisos que possibilitem a prática, entre outros. Por fim, quando se pensa na dimensão atitudinal, valores formativos como respeito às normas de segurança, ética nas modalidades, relações sociais e psicológicas inerentes às práticas (cooperação, coragem, liderança, gestão de conflitos, etc.) vem à mente para que os alunos possam absorver isto de maneira harmônica, reflexiva e natural, para que realmente os benefícios advindos na vivência das PCA possam vir de forma mais recorrente.

No sentido de exemplificar uma determinada PCA, por exemplo, o *skate*, o professor pode requisitar aos alunos trabalhos/pesquisas sobre a história e os estilos de *skates* para discussões em sala de aula, dando ênfase à dimensão conceitual. Em seguida, pode-se contextualizar essas informações na quadra, com práticas e vivências diversas, utilizando os *skates* e equipamentos

emprestados e trazidos por alguns alunos e pelo professor (dimensão procedimental). Por fim, dificilmente haverá um *skate* para cada aluno, e assim, dentro da dimensão atitudinal, promove-se discussões sobre a divisão fraterna, a cooperação, e demais valores atrelados às práticas, de modo que possam ser trabalhados em aula, para a possibilidade de desenvolvimento do conteúdo.

Espera-se que, com a (possível) consolidação da Base Nacional (BNCC/BRASIL, 2017), as PCA, sejam elas urbanas (*parkour*, *skate*, patins, *bike*) ou em contato com a natureza (corrida de orientação, trilhas interpretativas, arborismo, *mountain bike*, *rapel*, tirolesa, entre outras), possam se fazer cada vez mais presentes na Educação Básica e nas propostas escolares, quando houver a devida contextualização e abordagem dos conteúdos pertencentes à Educação Física escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar por meio da análise das Propostas Curriculares Estaduais de Educação Física, que as PCA (ainda) são um tema pouco utilizado e sugerido pelos documentos oficiais dos Estados brasileiros. O conteúdo referente às PCA apareceu apenas em 6 propostas estaduais, entretanto, de maneira mais bem sistematizada e organizada, somente em 2 destes documentos.

Torna-se necessário um repensar acerca da abordagem em aulas dos conteúdos pertencentes à Educação Física, sendo importante discutir e refletir sobre a (possível) inserção de conteúdos emergentes da área, no caso as PCA, as quais



merecem (e devem) ser contextualizadas dentro da Cultura Corporal de Movimento.

Discute-se bastante questões referentes a uma educação com qualidade, então, mediante as propostas estaduais analisadas, e a (mínima) referência às PCA, pensa-se ser premente e indiscutível que haja uma atenção especial aos conteúdos propostos pela Base Nacional (BNCC/BRASIL, 2017), demonstrando o papel e a importância em se trabalhar as PCA na escola junto aos alunos.

Tem-se a ideia de que ao trazer o conteúdo das PCA, a BNCC inova, uma vez que tal conteúdo ganha em relevância quando localizado no contexto da Base, partindo do pressuposto de que tal documento tem repercussão na Educação Básica em todo o país. Embora reconheça-se que

as propostas estaduais precedem no tempo a construção da própria Base Nacional, as PCA enquanto um conteúdo da Educação Física escolar já está presente em 6 destas propostas. Desta forma, é possível sugerir que haja uma atualização nestas propostas estaduais, no sentido de se incluir as PCA em tais documentos e normativas estaduais.

Isso permite que se explore um rico conteúdo, no sentido de que o aluno possa ter mais possibilidades em ampliar seu aprendizado, suas experiências e vivências, para quem sabe levar estas práticas corporais de aventura para sua vida adulta, estendendo sua percepção e compreensão acerca de elementos pertencentes à Cultura Corporal de Movimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Série cadernos de orientação curricular: orientações curriculares para o ensino fundamental – caderno 1: educação física**. Rio Branco, AC, 2010.

ALAGOAS (Estado). Secretaria de Estado de Educação e do Esporte. **Referencial curricular da educação básica para as escolas públicas de Alagoas**. Maceió, AL, 2010.

ALVES, Carla da Silva Reis; CORSINO, Luciano Nascimento. O *Parkour* como possibilidade para a Educação Física Escolar. **Motrivivência**, v. 25, n. 41, p. 247-257, 2013.

AMAPÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Plano curricular da educação básica do estado do Amapá**. Macapá, AP, 2009.

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. **Proposta curricular do ensino fundamental do 6º ao 9º ano – Rede Pública Estadual**. Manaus, AM, 2009.

BAHIA (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Proposta curricular – 6º ao 9º ano – linguagens**. Salvador, BA, 2009.

BARROSO, André Ruggeri; DARIDO, Suraya Cristina. A pedagogia do esporte e as dimensões dos conteúdos: conceitual, procedimental e atitudinal. **Revista da educação física/UEM**, v. 20, n. 2, p. 281-289, 2. trim. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacional: educação física**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.





CEARÁ (Estado). Secretaria da educação. **Coleção escola aprende: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Fortaleza, CE, 2008.

COLL, César e colaboradores. **Os conteúdos na reforma**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

DIAS, Cléber Augusto Gonçalves; ALVES JÚNIOR, Edmundo. Conceptual notes regarding the sports in nature. **The FIEP bulletin**, v. 76, p. 141-144, 2006.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Currículo educação básica: ensino fundamental – séries anos finais**. Brasília, DF, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo básico escola estadual: guia de implementação**. Vitória, ES, 2009.

FRANCO, Laércio Claro Pereira. Atividades físicas de aventura: possibilidades no contexto escolar. In: DARIDO, Suraya Cristina e colaboradores (Orgs.). **Educação física escolar: compartilhando experiências**. São Paulo: Phorte, 2011.

FRANCO, Laércio Claro Pereira; CAVASINI, Rodrigo; DARIDO, Suraya Cristina. Práticas corporais de aventura. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. (Orgs.). **Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura: práticas corporais e a organização do conhecimento**. Maringá, PR: Eduem, 2014. p. 101-135.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÁS (Estado). Secretaria do Estado da Educação. **Reorientação curricular do 1º ao 9º ano: currículo em debate**. Matrizes Curriculares. Goiânia, GO, 2011.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus e colaboradores. Travessuras e artes na natureza: movimentos de uma sinfonia. In: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (Orgs.). **Práticas corporais**. Florianópolis, SC: Nauembru, 2005.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus e colaboradores. Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios – reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 168-187, set. 2016.

MALDONADO, Daniel Teixeira; SILVA, Sheila A. Pereira dos Santos. Deportes extremos en la escuela: las tres dimensiones de los contenidos y el desarrollo del pensamiento crítico. **Innovación educativa**, n. 25, p.249-267, 2015.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular educação física: 1º ao 9º ano: ensino fundamental**. São Luís, MA, 2014.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Orientações curriculares: área de linguagens – educação básica**. Cuiabá, MT, 2010.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular da rede estadual de ensino/MS: ensino fundamental**. Campo Grande, MS, 2012.



MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Proposta curricular CBC de educação física: ensino fundamental e médio.** Belo Horizonte, MG, 2011.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Referenciais curriculares da Paraíba.** João Pessoa, PB, 2010.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica: educação física.** Curitiba, PR, 2008.

PEREIRA, Dimitri Wu; ARMBRUST, Igor. **Pedagogia da Aventura: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola.** Jundiaí, SP: Fontoura, 2010.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Educação. **Parâmetros curriculares de educação física – ensino fundamental e médio.** Recife, PE, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular: um novo formato: educação física.** Rio de Janeiro, RJ, 2010.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Lições do Rio Grande: linguagens, códigos e suas tecnologias. Artes e educação física. Referencial curricular.** Porto Alegre, RS, 2009. v. 2.

RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular do estado de Rondônia: educação física.** Porto Velho, RO, 2013.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica.** Florianópolis, SC, 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Currículo do estado de São Paulo: linguagens, códigos e suas tecnologias.** 2. ed. São Paulo, SP, 2012.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular: rede estadual de ensino de Sergipe.** Aracaju, SE, 2011.

TAHARA, Alexander Klein; CARNICELLI FILHO, Sandro. A presença das atividades de aventura nas aulas de Educação Física. **Arquivos de ciências do esporte**, v.1, n.1, p.60-66, 2013.

TAHARA, Alexander Klein; DARIDO, Suraya Cristina. Práticas corporais de aventura em aulas de educação física na escola. **Conexões**, v. 14, n. 2, p. 113-136, abr./jun. 2016.

TOCANTINS (Estado). Secretaria da Educação e Cultura. **Referencial curricular do ensino fundamental.** Tocantins, TO, 2009.

Dados do primeiro autor:

Email: lalapl@uol.com.br

Endereço: Rua Dr. Sales de Oliveira, 1661, Vila Industrial, Campinas, SP, CEP:13035-270, Brasil

Recebido em: 28/12/2017

Aprovado em: 06/03/2018



Como citar este artigo:

FRANCO, Laércio Claro Pereira; TAHARA, Alexander Klein; DARIDO, Suraya Cristina. Práticas corporais de aventura nas propostas curriculares estaduais de educação física: relações com a base nacional comum curricular.

**Corpoconsciência**, v. 22, n. 01, p. 66-76, jan./abr., 2018.